

Malan: Brasil foi aconselhado a dar calote

PD13

Ministro cita episódio para contestar proposta do Canadá de “moratória ordenada”

José Meirelles Passos

● OTTAWA e RIO. Evitando mencionar nomes, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, revelou ontem, durante uma entrevista, que o Brasil foi aconselhado a dar um calote nos credores estrangeiros pouco antes da mudança do regime cambial de 1999.

— Recebemos sugestões para que o Brasil comunicasse aos credores que íamos tomar uma posição de maneira não cooperativa para enfrentar a crise naquela época. Nós nos recusamos a fazer tal coisa — disse.

O problema era com as linhas de crédito comerciais de curto prazo. E em menos de duas semanas, depois de visitar cerca dez capitais estrangeiras, o governo resolveu o problema “com base num entendimento em bases voluntárias e de forma cooperativa”, disse ele.

Ministro diz que sistema aumentaria custo para emergentes

O ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco lembra que, quando o Brasil negociou o pacote de ajuda do FMI, em fins de 98, os alemães e os americanos republicanos fizeram pressão para que o setor privado fosse envolvido nas negociações.

— A idéia deles era dividir os custos do ajuste. Achavam que os governos punham dinheiro de um lado e o setor privado se beneficiava de outro — lembra Franco, acrescentando que Stanley Fischer (FMI), Robert Rubin e Larry Summers (do Tesouro americano) concordavam com a posição brasileira. Na época, o Brasil conseguiu fazer valer seu ponto-de-vista e concordou apenas em



PEDRO MALAN, com o secretário de Assuntos Internacionais, Marcos Caramuru (à esq.)

monitorar para ver que bancos mantinham linhas comerciais com o país.

Malan citou a pressão sofrida pelo Brasil para reafirmar porque o país é contrário à proposta do Canadá de se criar um sistema que permita aos países suspender temporariamente o pagamento de suas dívidas. A proposta canadense, chamada de “moratória ordenada”, é antiga mas agora está sendo endossada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e o G-20 decidiu que representantes dos países vão analisar como o modelo poderia funcionar.

— Foi criado um grupo para examinar mecanismos que tornem isso uma realidade. Esse é um passo

importante. Se isso já estivesse vigorando, num entendimento com o setor privado, a situação da Argentina teria uma solução mais fácil agora — alegou o ministro de Finanças do Canadá, Paul Martin.

Para Malan, no entanto, um mecanismo desse tipo poderia onerar os países em desenvolvimento com programas econômicos sólidos:

— Há perigos sérios nessa questão. Por isso temos sido muito cuidadosos: há o risco de se aumentar o custo do dinheiro para os países emergentes, e criar uma retração de investimentos maior do que a que existe no momento — disse ele. (José Meirelles Passos e Cristina Alves)